

**MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E O APARATO
ESTATAL”**

Diego Mendes Rodrigues*

O tema movimentos sociais vem sendo objeto de análise de diversos estudiosos na área das humanidades e as explicações sobre o fenômeno social é uma tarefa árdua e por isso há um amplo debate e, ao mesmo tempo uma tentativa de redefinição do conceito para então avançar no que se refere as especificidades e elementos fundamentais que compõe o tema. Os estudiosos do campo enfatizam

* ALTHUSSER, Louis. *A propos de l'article de Michel Verret sur "Mai Étudiant"*. In: **La Pensée**, Revue du rationalisme moderne - arts - sciences - philosophie, Paris: Éditions Sociales, n° 145, pp. 03-14, mai-juin, 1969. Tradução de Marquessuel Dantas de Souza. Colchetes acrescidos para melhor situar o leitor. Adverte-se que os grifos no corpo do texto são conforme o original, assim como os parênteses e as aspas. (N. T.).

alguns elementos derivados de lutas sociais que contribuíram para mudanças significativas na sociedade. O resultado de tais mudanças relaciona-se com a emergência de conflitos e demandas diante do aparato estatal.

Data-se 1970 ano que mobilizações de caráter popular são mais latentes e pululam com mais expressividade. Nesse período há um processo forte de urbanização fruto de diversos aspectos, no entanto, cabe ressaltar que o acesso a lugares distantes de grandes centros urbanos torna objeto de compreensão e dedicação de pesquisadores. Pois é nestes locais que concentram-se indivíduos em busca de oportunidades. Desse modo as denominadas periferias ou favelas onde carência de moradia e bens coletivos são característicos apontam para problemas relacionados a ausência do Estado.

Portanto, a discussão abarca tanto o aspecto social bem como teórico de modo apresentar relevância e atualidade. Outro ponto a destacar é a necessidade de explicações e novas descobertas, embora haja renomados estudiosos que trazem expectativas positivas sobre análise dos movimentos sociais é preciso aprofundar, pois trata-se

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

de um fenômeno complexo e na medida que se pesquisa e esclarece sobre o assunto, novas abordagens sobre o tema ganham forma e novos elementos vem à tona

O objetivo do artigo visa contribuir sociologicamente para os estudos sobre movimentos sociais mais especificadamente movimentos sociais urbanos. Sendo assim, o artigo aborda a definição, primeiramente, do que são movimentos sociais, no contexto plural e posteriormente, estabelecem relação com o “espaço urbano” a fim de analisar as suas determinações. Dessa forma o ponto de análise versa sobre a razão pela qual as demandas sociais frente ao Estado são alvos de reivindicações advindos, principalmente da miserabilidade, motivo de conflitos e mobilizações.

Quando o assunto é cidade problemas sociais são associados aos bens coletivos taxados pela falta de moradia; transportes; creches e tantos outros que geram demandas sociais, e vem aumentando, cada vez mais, neste espaço social. Desse modo, insatisfações e mobilizações de pessoas nas periferias das cidades se tornam um fator de sobrevivência. Nesse sentido, a pretensão do artigo trata de

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

compreender como a relação dos movimentos sociais e o espaço urbano gera motivações que desencadeiam processos luta perante o Estado. Assim, é essencial compreender também como se dá as dinâmicas sociais em consonância ao caráter conflitante.

Movimentos sociais

Esse é um tema amplo e possui diversos significados trazidos por diferentes autores. No entanto, o que podemos constatar é que movimentos sociais faz parte de algo maior, pois relaciona-se com a diversidade e, portanto tem capacidade de ser plural no trato das relações sociais em contato com a sociedade num mesmo espaço físico. Adiante vamos compreender de forma mais específica o significado dos termos que compõe este tema.

O que buscamos é afastar de definições genéricas e tentar encontrar aspectos peculiares para abordar a definição do tema. Dessa forma, quando se consulta pesquisadores da temática encontramos diversas definições que enquadra movimento social a partidos políticos a uma definição mais direcionada que remete a grupos sociais. Nesse sentido, pode-se afirmar que movimento social são

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

compostos por grupos sociais, mas não somente grupos, eles têm de ter aspectos em comuns ou específicos para que haja potencialidade de gerar um movimento social.

Sendo assim, precisa-se de algo a mais para além de aspectos específicos na tentativa de produzir um movimento social. Dito isso, nossa tarefa é examinar novos elementos que englobam os movimentos sociais a fim de defini-los e conceituá-los sociologicamente. Antes de recorrer a definições já abordadas, seria conveniente explicitar o significado do termo movimento, e depois explicar que tipo de grupo social forma a base de um movimento social.

Podemos considerar movimento como uma categoria do pensamento humano, em outras palavras temos que seria o deslocamento do corpo de um lugar para o outro. Quando há essa ação a categoria “movimento” teria uma conotação espacial, por assim dizer. Um movimento sempre provoca alteração naquilo que se movimenta, ou seja, sua posição espacial. Entretanto, precisamos usar o conceito numa perspectiva sociológica – onde há interação social. Desse modo, é necessário utilizar o termo enquanto

conceito e não mais enquanto categoria, pois assim o sentido passa a ser concreto. Vejamos a seguir.

Se acrescentarmos o termo “social” que é intrínseco a humanidade, podemos nos referir a algo existente o que afasta do termo categoria como uma ferramenta meramente intelectual. Logo, movimento social é o movimento de um grupo social gerando alterações nas relações sociais. Nesse sentido, abordar a definição do que seria grupo social nos faz aprofundar para descobrir outros elementos. Portanto, nos parece útil acostar o termo enquanto agrupamento de seres particulares. O autor Karl Jensen explica em um de seus artigos, intitulado *Teses sobre movimentos sociais* que um grupo social só existe no interior de uma relação social, e por isso seu movimento é provocado por suas necessidades próprias.

Dessa forma, este autor ressalta que o que movimenta um grupo social são motivações internas (algo em comum aos membros do grupo) e externas (o que fortalece a ideia de ação coletiva). Veja sua observação:

Os grupos sociais se movimentam por motivos internos e, ao mesmo tempo, externos. Isto ocorre porque um grupo social só existe no interior de uma relação

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

social e por isso o seu movimento é provocado por suas necessidades próprias produzidas no interior de sua relação com o conjunto da sociedade (JENSEN, 2014, p. 47).

Segundo Jensen se a causa do movimento social é simultaneamente interna e externa, então só é possível compreendê-las analisando a constituição do grupo social que lhe dá vida Dessa forma, o autor afirma:

Um grupo social não significa um coletivo organizado de indivíduos e sim um conjunto de pessoas que possuem algo em comum. Tomemos um exemplo: o movimento das mulheres. Este é o grupo social que lhe movimenta. Este conjunto de pessoas, este grupo social, possui em comum o fato de todos os seus membros pertencerem ao sexo feminino. Esta é a motivação interna do movimento. Entretanto, o simples fato de pertencer ao sexo feminino não cria nenhum movimento social, pois somente no interior de determinadas relações sociais é que pertencer ao sexo feminino cria a necessidade de ação coletiva. Essas relações sociais certamente se baseiam na opressão do sexo feminino e é esta a motivação externa deste movimento social. O mesmo ocorre com o movimento negro: o simples fato de pertencer à raça negra não é motivo suficiente para surgir um movimento social, mas, quando a raça negra se vê oprimida, então surge a sua necessidade. Um movimento social só

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

existe quando o conjunto de pessoas que o compõe possuem aspectos comuns, que podem ser tanto biológicos (raça, sexo) quanto culturais e ideológicos (projeto político) (JENSEN, 2014, p. 48).

Assim como Jensen destaca que um grupo social não significa um coletivo “organizado” de indivíduos e sim um conjunto de pessoas que possuem algo em comum, o autor Lapassade apresenta uma definição de grupo social que se aproxima da definição que foi apresentada por Karl Jensen:

Um grupo social é constituído por um grupo de pessoas em relação que se unirão por diversas razões como, por exemplo, a vida familiar a uma atividade cultural, ou profissional ou política, ou esportiva, a amizade ou a religião, todos esses grupos parecem funcionar segundo os processos que lhe são comuns, mas não se tem o costume de se observar espontaneamente (LAPASSADE apud. VIANA, 2015,p.28).

A afirmação de Jensen se mostra mais adequada, pois ao constatar que não somente basta pertencer a um grupo social que lhe movimenta, o grupo social existe independente de organização, o fato de todos os seus membros pertencerem ao mesmo grupo, é a sua motivação interna, desta forma, não se cria nenhum movimento social, Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

a explicação é que somente no interior de determinadas relações sociais, a pertencer a determinado grupo social é que se cria a necessidade de ação coletiva. Nesse sentido, podemos considerar que não basta pertencer a um grupo social, pois é preciso que este gere mobilização e, por conseguinte, são os agentes dos grupos sociais que fazem parte e constituem os movimentos sociais. Considerando as colocações de Karl Jensen, o autor Nildo Viana, em seu livro *Os Movimentos sociais* define grupo social a partir de um conjunto de indivíduos que possuem aspectos em comum, ou seja, a cultura, a constituição física, um projeto político, demandas sociais etc. Grupo social, portanto na sua concepção é um conjunto de indivíduos que possuem algo em comum que os integra de forma específica na sociedade e por isso são sociais. Assim a base dos movimentos sociais são os grupos sociais. Viana (2015) ressalta que neste ponto está a importância fundamental dos grupos sociais para qualquer análise sobre o tema. No entanto, o conceito de grupo social não é suficiente para compreender os movimentos sociais, a partir desse conceito existem outros complementares, tal como coloca Viana:

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

162

situação social, insatisfação social, senso de pertencimento, mobilização (ação coletiva/compartilhada), objetivo. Nesse sentido, Viana coloca que é a partir desses conceitos complementares que se torna possível de explicar os movimentos sociais.

Segundo o autor não basta ter como definição de grupo social um conjunto de pessoas que possuem algo em comum, pois ao se referir somente o que é “comum” não é suficiente e pode ser generalizada, ao passo de comparar grupos sociais a classes sociais, categorias profissionais que é equivocado em nossa visão. Assim, Viana diz que um grupo social deve ser definido como:

Um conjunto de pessoas que compartilham semelhanças derivadas de sua: a) corporeidade; b) situação; c) cultura. Assim, entre outros exemplos possíveis, podemos dizer que os negros e as mulheres se enquadram no primeiro grupo, enquanto que os jovens e estudantes, entre outros, no segundo grupo e os religiosos e ecologistas, entre outros, no terceiro (VIANA, 2015, p. 31).

Continuando sua análise Viana vai dizer que existem três tipos de grupos sociais. Os grupos sociais orgânicos, cuja unidade se encontra em sua corporeidade,

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

pois nascemos determinados. Os grupos situacionais, cuja unidade é gerada por sua própria situação social tal como os estudantes e sua condição estudantil e os moradores de determinadas regiões e suas condições de vida e moradia. Por último, os grupos culturais, cuja unidade se dá em torno de crenças, doutrinas, e outras expressões culturais tais como os pacifistas e ecologistas etc. Assim, os indivíduos nascem pertencendo a determinado grupo social, outros são constrangidos por determinadas relações sociais e aqueles outros que escolhem devido opções políticas e culturais.

Os grupos sociais culturais, por serem diferentes dos grupos sociais orgânicos e situacionais, segundo Viana, merecem uma explicação mais detalhada. Sendo assim, estes podem ser divididos em étnicos, religiosos e contestatórios. Os grupos étnicos em casos de destruição da sociedade indígena dentro do modo de produção capitalista, por exemplo, perdem os seus elementos culturais, criando um processo de aculturação que pode gerar um movimento social. Da mesma forma, a crença religiosa pode ser perseguida e pode gerar um movimento social. O mesmo processo ocorre no caso de uma situação de guerra ou

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

destruição ambiental. Nos casos relacionados a grupos étnicos e religiosos no que se refere a demarcação podem ser definidos como um movimento social, quando contém um grupo social de base possuindo características que define estes grupos como: o grupo social em fusão, a situação social, a insatisfação social, o senso de pertencimento e os objetivos tais elementos são definidores de um movimento social.

Entretanto, nos grupos sociais culturais contestatórios isso é mais difícil e sua confusão com forças políticas se torna ainda mais complexa. O movimento ecologista e o pacifista, por exemplo, qual o grupo social de base? O grupo social de base é composto pelo conjunto de indivíduos unidos por uma causa e um projeto político. Assim, a causa remete a uma situação social e (no caso a destruição ambiental) uma insatisfação social diante dela. É a causa (defesa do meio ambiente) que une e gera o senso de pertencimento e o que promove a mobilização e objetivo.

Assim, os grupos culturais contestatórios podem gerar movimentos sociais. Viana (2015) ressalta, que em casos como esse e semelhantes tais como: movimento

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

socialista, anarquista etc. que une seus integrantes é também uma causa e um projeto político. No entanto, a causa em questão é ligada a movimento de classe, interesses de classe, bem como tem um caráter global, no sentido de ser um projeto para toda sociedade, seja para contestá-la ou preservá-la. Portanto, o grupo social de base é uma classe social e os coletivos (mobilizações) gerados por eles se unificam em torno de uma causa, não em torno de uma causa específica, como a paz ou a defesa do meio ambiente, mas sim, um projeto de sociedade.

A questão fundamental para Viana (2015) que distingue um movimento social, incluindo os que possuem grupos culturais sociais como base, é que sua mobilização se dá a partir do interesse grupal, enquanto que os movimentos políticos são movidos por interesses de classe. A diferença entre um movimento político e um movimento social é que o primeiro pertence a classes sociais e não a grupos sociais, por sua causa ser geral e ligada aos interesses de classe, e não a determinada insatisfação com situações sociais específicas, ligadas a interesses grupais. O autor Viana enfatiza que grupo social não é movimento

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

social. O grupo social engendra o movimento social, mas nem todos do primeiro participam e são integrantes do segundo. Os indivíduos do grupo social se tornam integrantes do movimento social do seu grupo quando efetivam algo mínimo, como por exemplo, escrever ou produzir culturalmente ou participar de protestos e outras formas de organizações coletivas. No entanto, um grupo social só produz movimentos sociais a partir de determinada situação social. A existência de um grupo social e o pertencimento dos indivíduos gera sua condição de possibilidade, mas é necessário algo externo que faz com que tal grupo tenha alguma necessidade de gerar um movimento. Essa “motivação externa” é a situação social, tal como apresentamos o exemplo do movimento negro, que gira em torno da questão racial, (igualdade de raças) neste caso é o que vai mobilizar o conjunto de indivíduos que é o fato das relações sociais serem marcadas pela opressão, discriminação, segregação, assim, temos a situação social que tende a gerar o movimento social deste grupo.

Dessa forma a situação social é fundamental para explicar os movimentos sociais, pois é ela que faz surgir determinado grupo social ou então que ele tenha necessidade de agir e lutar. Assim, a existência do grupo social é pré-condição para existência de um movimento social. Todo movimento social é movimento de um grupo social. Mas para constituição do movimento social é necessário ainda compreender outras determinações. São elas: insatisfação social, senso de pertencimento, mobilização e objetivo.

A insatisfação social, segundo Viana (2015a) é gerada por uma situação social, por exemplo a existência de miséria é um problema que pode gerar insatisfação social bem como falta de moradia, transporte, creches. Ou seja, a partir de determinada situação que pode vir sufocar coletivos de indivíduos e oprimi-los por ser consciente ou reconhecida no coletivo, gera falta de satisfação. Por esta razão a insatisfação social é emergência para movimentos sociais. No entanto, o elemento insatisfação social precisa aglutinar-se a outros elementos para que haja mobilização.

Dessa forma, o grupo social deve gerar senso de pertencimento.

Este último elemento é essencial para complementar os componentes que pode ocasionar a constituir-se como um movimento social. Vejamos o caso da falta de habitação, ela por si só não gera um movimento social. Para que, os atingidos (grupo social) pela falta de habitação (situação e insatisfação) criem um movimento social é necessário que haja certa consciência (senso de pertencimento e objetivo) que leva a perceber de determinada forma uma situação social e que isso promova uma fusão, ou seja, união, gerando mobilizações. Nesse sentido, quando o indivíduo tem consciência ao passo de gerar senso de pertencimento ocorre portanto, uma possibilidade de mobilização. A título de exemplo, vejamos a seguir uma entrevista realizada no bairro vale dos sonhos onde um dos integrantes do coletivo de luta por moradia em Goiânia ressalta: “São pessoas carentes, que estão precisando, que têm criança pequena e pagam aluguel. Nós estamos passando por essa crise difícil, as pessoas estão devendo aluguel, então encontramos esse lugar aqui para ficarmos”.

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

Neste caso que se trata de pessoas carentes o que justifica por não terem condições financeiras favoráveis, temos uma situação. Diante dessa situação, temos uma insatisfação social, que são as despesas com aluguel. Dessa forma, as pessoas que se encontram diante desse fato tendem a se organizar, o que exige certo reconhecimento da consciência, gerando, assim, o senso de pertencimento.

Ao garantir o senso de pertencimento, as pessoas tendem a mobilizar, no sentido de se unir contra tal insatisfação social guiado pelos objetivos determinados. Saviani(1993) constata algo semelhante, porém tendo como de partida o problema (gerador da consciência). Segundo o autor, os seres humanos encontram em sua essência determinada necessidade que devem satisfazer. E tal necessidade é que fornece a essência do problema. Assim, a necessidade é, portanto, social, pois mantém as relações no seu interior, sendo assim não individual, apesar de ser manifestada pelo indivíduo. É a necessidade social que se apresenta para a consciência, tornando concreto, seja em forma de teoria ou concepção ideológica. Vale lembrar que também não é prática devido a não separar prática de teoria,

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

ambos formam uma unidade. (SAVIANI, 1993). Destarte, o reconhecimento da necessidade por uma teoria ou concepção faz nascer o problema. Nesse sentido, estamos a refletir sobre o processo de conscientização derivado de determinado problema. O que na abordagem de Viana, ele denomina de senso de pertencimento, e considera uma variante do grupo social, pois a consciência é que gera mobilização. Portanto, o senso de pertencimento é uma forma de consciência. A mulher entender que pertence ao sexo feminino e que este é um grupo social com interesses, opressões semelhantes ou um estudante entender que faz parte do grupo social dos estudantes, ou seja, que existem outros indivíduos na mesma relação social formando um grupo social, significa dizer que há apenas uma condição de possibilidade, mas não é possível a constituição ou formação de um movimento social. O senso de pertencimento aparece como parte de um grupo social específico. Contudo, Viana (2015a) enfatiza que isso pode criar sentimentos diversos, como vínculo afetivo, identificação, etc. Esse são aspectos de objetivo, a

finalidade para a mobilização, ou seja, o que se propõe diante da sua situação e insatisfação social.

Diante disso, podemos concluir que o senso de pertencimento é um fenômeno da consciência. Dada a situação e insatisfação social. Assim, o fato de indivíduos reais e carentes não terem condições de pagar o aluguel - conforme exemplo anterior- o integrante carrega consigo condições de emergência, deste modo, compartilha isso com os outros indivíduos, por conseguinte pertence a um grupo social, portanto, o senso de pertencimento, é um dos elementos que permite a mobilização, por exemplo o fato de pertencer ao sexo feminino ou ser negro e ter consciência disso não promove mobilização, ainda mais se sua situação de for de classe favorável, ou seja, se não considerar que é oprimido, ou tiver valores burgueses individualistas e querer resolver o seu problema individualmente. Desse modo, não gera nenhuma mobilização conjunta do grupo, bem como o objetivo que é a finalidade para a mobilização (ação grupal). Nesse sentido se torna visível refletir sobre: o que se propõe diante de sua situação, o que o grupo quer concretizar a partir de determinada insatisfação para

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

resolver o problema que se encontra. Se tais elementos estão presentes, podemos afirmar que, temos um movimento social.

Tendo em vista que tais considerações tendem a definir conceitualmente, o que são os movimentos sociais concluimos que movimentos sociais são compostos por mobilizações de grupos sociais que geram senso de pertencimento e objetivos originado pela insatisfação social (demandas, necessidades, interesses, etc.) com determinada situação social. Nesse sentido, os elementos que buscam definir movimentos sociais tornam-se ferramentas imprescindíveis para compreensão dos movimentos sociais nas cidades. No item a seguir veremos a relação dos movimentos sociais com o espaço urbano e o vínculo com o Estado, na tentativa de captar as representações do urbano.

Movimentos sociais e o espaço urbano

As considerações do tópico anterior, onde apresentamos uma definição conceitual dos movimentos sociais, permite correlacioná-los com o espaço urbano e o vínculo com o aparato estatal no capitalismo. Nesse sentido,

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

o aspecto que nos interessa é captar as representações do urbano conforme veremos a seguir.

Os casos fortuitos relacionados a conflitos sociais; reivindicações; manifestações, protestos, lutas e principalmente; mobilização que vem ocorrendo nas periferias das grandes cidades, e em outros locais relacionadas, sobretudo a miséria; carência de moradia, transportes e outros vem aumento enquanto cresce a cidade. É nesse ponto que o item aborda o debate sobre movimentos sociais e espaço urbano na medida que se relacionam com o Estado. Assim, torna-se importante ferramenta de estudo no campo teórico e acadêmico, pois apresenta-se de fundamental relevância para compreendermos os fenômenos sociais de caráter urbano. Haja vista que os estudos avançaram, porém são necessários alguns esclarecimentos que abordaremos nas páginas que se seguem nesse artigo.

O que precisa ser esclarecido trata-se do que é o espaço, e posteriormente o que seria cidade. Espaço faz parte de uma categoria do pensamento, assim como movimento ou qualquer outra categoria conexo a (tempo,

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

causa, relação, esquerda, direita e etc.) não possuindo realidade concreta. Esse, no entanto, não é o caso do termo espaço urbano. Vale lembrar que a categoria espaço é uma ferramenta intelectual que delimita um setor da realidade infinita. O acréscimo da palavra urbano significa um referente material, algo concreto, real. Assim, a delimitação de espaço, nesse caso, é o que se chama de “urbano” ou “cidade”.

A cidade por sua vez, pode ser considerada como o meio ambiente urbano, dessa forma, espaço urbano e cidade são sinônimos. Henri Lefebvre em seus escritos ressalta que as especificidades da cidade são compostas por um elemento fundamental, que são os fenômenos urbanos. Assim, o “urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se firma” (LEFEBVRE, 1986, p. 159) enquanto a cidade “é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação” (1986, p. 65) ou “a projeção da sociedade em um local” (LEFEBVRE, 2001, p. 56). Nesse sentido, Lefebvre remete a cidade como fruto da primeira cisão da totalidade entre a *Physis* (O princípio da evolução) e o *Logos* (entendido como conjunto harmônico de leis que

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

ordena o universo) da primeira divisão social do trabalho, entre a cidade e o campo. Dessa forma, o autor ressalta que desde a cidade-estado grega o urbano existe enquanto potência, germe e nos aparece como algo central. Todavia, sabemos que a cidade atual não é mais como a de antiguidade, a cidade se tornou um dos principais centros urbanos de reprodução social.

Nesse sentido, a partir da abordagem de Viana (2015b) a cidade é simultaneamente um espaço físico (um lugar com localização determinada e características específicas) e um espaço social (um lugar nos quais estabelecem determinadas relações sociais que determinam a relação do ser humano com o meio ambiente). Nesse sentido, Viana define a cidade como “um espaço delimitado marcado por determinadas relações sociais (classes, relações de produção e distribuição), ampla divisão social do trabalho e controle intensivo sobre o meio ambiente” (VIANA, 2015b. p16). Em outras palavras, tendo como base a perspectiva dos autores que abordamos nesse artigo, entendemos a cidade como um espaço, embora limitado, marcado por determinadas relações sociais, nas diferentes

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

sociedades. Essas relações sociais são caracterizadas a partir do sistema pelo qual os seres humanos estão inseridos, seja o capitalismo ou qualquer outro. Portanto, o que determina o caráter da cidade é o controle intensivo do ser humano sobre o meio ambiente. Esse controle intensivo do ser humano sobre o meio ambiente pode ser visto na própria diminuição da natureza, como por exemplo, na diminuição das árvores, plantas em geral, rios etc. que só existe como um suplemento e elementos secundários controlados pelos seres humanos. Esse controle, por sua vez, é uma forma de controle social na qual as relações sociais determinam a relação dos seres humanos com o meio ambiente e entre eles próprios. Nesse sentido, Viana salienta que ele é um espaço de dominação de classe. Um aspecto referente a essa dominação se dá pela divisão social do trabalho, que é o elemento que define as classes sociais. Essa concepção é observada por Marx, segundo o autor o modo de produção capitalista é constituído por duas classes fundamentais, mas não únicas, uma divisão social do trabalho que marca aqueles que produzem a riqueza e aqueles que apropriam dela, os responsáveis pelo trabalho

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

e os que detêm a propriedade (MARX e ENGELS, 1991). Cabe enfatizar, que o modo de produção capitalista gera atividades fixas para cada classe social, e produz um modo de vida comum, interesses comuns e luta contra outra classe. No capitalismo, além dessas classes fundamentais existem outras, nesse sentido Viana observa:

O modo de produção capitalista gera as duas classes sociais fundamentais, a burguesia e o proletariado, as classes superestruturais (burocracia, intelectualidade, etc.), as classes de transição (modos de produção anteriores, que sobrevivem por algum tempo e depois desaparecem, como a nobreza), as classes vinculadas a outros modos de produção (camponeses, artesãos, etc.) e lumpemproletariado (VIANA, 2015b)

Assim, podemos compreender que a divisão social do trabalho é específica em cada sociedade, gerando relações específicas e classes sociais também específicas e próprias de cada sociedade de acordo com o modo de produção dominante. O modo de produção capitalista, no qual estamos inseridos se caracteriza pela produção de mais-valor produzindo as duas classes fundamentais, sendo

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

que uma produz mais-valor (proletariado) e a outra se apropria dele (burguesia). Esse processo, portanto, gera a acumulação do capital e todo um conjunto de relações sociais derivadas como distribuição e regularização. Além disso, a acumulação do capital promove processos cada vez mais intensos de burocratização, mercantilização e competição social.

É nesse contexto que podemos entender como a divisão social do trabalho se manifesta no espaço junto a divisão espacial do trabalho. Frisa-se esse ponto importante que a cidade é marcada por uma divisão social do trabalho: produção, distribuição, consumo, moradia, lazer. A tendência é cada vez mais especializações, que pode manifestar através da centralização e hierarquia espacial ou através do policentrismo e periferias difusas. No aspecto do policentrismo, observado no modelo contemporâneo, aponta para uma sobreposição de bairros nobres e pobres numa mesma região, ao invés da concentração dos mesmos em regiões diferentes da cidade. No modelo clássico, temos um centro e as periferias bem como bairros nobres e bairros pobres. Vale acentuar que isso não retira a oposição

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

hierárquica clássica entre centro e capitalismo, na verdade mantém um centro ao lado de uma ampla periferia como um policentrismo reticular.

Nesse seguimento, os problemas urbanos vão surgindo, gerando inúmeros conflitos sociais. Em consonância a esses conflitos observamos o amplo crescimento da favelização, tal como os dados de Mike Davis nos mostram. Segundo Davis, no início dos anos 2000, a favelização atingia 6% da população urbana nos países imperialistas (desenvolvidos) e 78% nos países capitalistas subordinados, ou seja, um terço da população urbana mundial (DAVIS, 2006). Assim, temos ideia de que esse processo consiste nas formas de distribuição de riquezas, o que marca a desigualdade social, de modo, a explicar o caráter desse fenômeno pela intensificação e ampliação com a passagem do novo regime de acumulação instaurado no capitalismo neoliberal, sobretudo, a partir dos anos 1980. Nesse contexto, aumenta os problemas urbanos, devido a precarização e ampliação de periferias ou favelas entre outros processos.

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

180

Segundo VIANA (2015) movimentos sociais são mobilizações de grupos sociais que produzem senso de pertencimento e objetivos gerados por insatisfação social (demandas, necessidades, interesses, etc.) com determinada situação social. Nessa lógica, podemos elencar três variantes dos movimentos sociais: os conservadores, os reformistas e os revolucionários. Na perspectiva Jenseniana, a primeira variante busca conservar ou retomar situações anteriores, a segunda visa reformar ou realizar reivindicações no interior da sociedade atual e a terceira que aponta para uma transformação radical da sociedade (JENSEN, 2014). Assim, podemos dizer que é no interior dos movimentos sociais reformistas que se localizam aqueles relacionados com a questão urbana, pois suas demandas são para que o Estado proponha soluções paliativas e mínimas para determinado grupo. Estes, por sua vez, possuem uma base policlassista e uma hegemonia interna burguesa, isso significa dizer que sua base social é composta pela classe desprivilegiada, que estão em situação de subordinação, exploração, marginalização e etc.

Nessa acepção, a divisão social do espaço urbano, as referidas classes desprivilegiadas, em sua grande maioria são aquelas que vivem nos lugares com menor estrutura urbana e com mais difícil acesso aos bens coletivos. Tais classes de tais movimentos sociais são movidas por demandas e reivindicações relacionadas com o espaço urbano, como por exemplo, a moradia ou transporte coletivo, o que permite que sejam denominados de “urbanos” ou “populares”, embora existam outros tipos de movimentos sociais populares, como os rurais que tem sua base composto por classes sociais desprivilegiadas.

Nesse contexto, as ações e reivindicações que exigem direito a moradia ou melhorias no transporte público colocam em questão a gestão do espaço urbano por parte do aparato estatal, questionando a propriedade de determinados bens imóveis que exige mais gastos do Estado ou menor lucro para o capital privado. Autores como Lojkin (1981) e Castells (1988) denominam os movimentos sociais desse caráter de “urbanos”. Tal como existem outros autores que dão a esses movimentos sociais e classificação de “populares”, são eles: Seoane Taddei,

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

Algranati (2006). A questão que Castells conduz está relacionada ao consumo coletivo, considerando o espaço urbano como o lugar da reprodução da força de trabalho, nesse ponto de vista as lutas urbanas estariam voltadas para o processo produtivo que destina ao consumo coletivo. Lojkine, ao se dirigir a Castells, criticamente evidencia que o problema urbano não se dá somente na reprodução da força de trabalho. Lojkine enfatiza o aspecto político, as lutas de classes e as políticas estatais e aponta que os movimentos sociais urbanos teriam um potencial de decompor a hegemonia dominante. Dessa forma, Castells, precisamente, contra-argumenta que o Estado apenas reproduz as contradições do desequilíbrio entre oferta e procura, tendo a função de dar coesão social e integrar conflitos, no aspecto da soberania.

Outro ponto a avultar, no caso dos movimentos sociais urbanos, se dá pelo modo de insatisfação em que as demandas são atendidas, podendo constituir repressão por parte do aparato Estatal, tanto em casos de ocupações quanto de assentamentos em lugares afastados e sem infraestrutura urbana, o que dá margem para ampliar a luta,

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

nesse caso, agora por bens coletivos. Assim, cabe realçar que isso ocorre, por um lado devido a mudanças nas políticas estatais e por outro na deterioração da estrutura urbana que ocorre quando um regime de acumulação entra num ciclo de desestabilização ou crise. Dessa forma, se constata que a relação dos movimentos sociais tende a se alterar, e, no caso específico dos movimentos sociais urbanos, o confronto e oposição tende a se tornar mais aberto.

Nessa sequência, os autores apontam que essa luta está diretamente direcionada ao Estado pelo fato de que cabe a este proporcionar os bens coletivos e atender suas reivindicações dos movimentos sociais populares urbanos. Apesar disso, como o aparato estatal está a serviço do capital, as políticas estatais são, no sentido de reproduzir as condições de reprodução do capital (VIANA, 2015b) e por isso manifesta a lutas de classes. Assim, podemos concluir que o problema do espaço urbano é também um problema do Estado e das políticas estatais, por um lado no que se refere a classe sociais desprivilegiadas e por outro dos movimentos sociais urbanos, com suas reivindicações e etc.

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

Conclusões

A partir das discussões teóricas apresentadas, podemos compreender que as motivações que provocam processos de lutas frente o Estado, bem como, as dinâmicas e o caráter de conflito entre eles, estão relacionadas com a configuração do espaço urbano e a maneira com o estado o gerencia. Nosso trajeto, inicialmente, foi conceituar movimentos sociais para em seguida destacar a relação com espaço urbano. Na medida que os problemas sociais urbanos como moradia e outros crescem nas cidades produzindo mobilizações e processos de ação coletiva, crescem também estudos sobre a temática em questão, buscando contribuir para análise sociológica e compreensão deste fenômeno social.

Assim, podemos constatar a relação fundamental que o aparato estatal tem por constituir o espaço urbano, no sentido de atender demandas sociais fundamentais, tais como a moradia e outros bens coletivos. Contudo, os movimentos sociais urbanos surgem na perspectiva de reivindicar reformas, como por exemplo, que suas demandas sejam atendidas. Desse modo as captações do

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.

urbano como conflitos sociais, processos de luta e etc, estão presentes no capitalismo cuja natureza de caráter desigual concebe insatisfação e mobilizações de movimentos sociais urbanos específicos que visam objetivos comuns.

Referências

CASTELLS, M. *Movimientos Sociales Urbanos*. 10ª edição, México, Siglo XXI, 1988. DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

JENSEN, Karl. *Teses Sobre os Movimentos Sociais*. Revista Marxismo e Autogestão. Vol. 01, num. 01, jan./jun. de 2014
LÉFÈBVRE, Henri. . *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne*. Paris: Messidor/ Éditions Sociales, 1986. Tradução Margarida Maria de Andrade.

LOJKINE, J. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981

MARX, K. *O Capital*. Vol. 1. 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã* (Feuerbach). 8ª edição, São Paulo: Hucitec, 2002

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
186

SEOANE, José; TADDEI, Emilio e ALGRANATI, Clara.
Las Nuevas Configuraciones de los Movimientos Populares
en América Latina. In: BORON, Atilio e LECHINI, Gladys.
Política y Movimientos Sociales en un Mundo
Hegemônico. Buenos Aires: Clacso, 2006.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: Do Senso Comum à
Consciência Filosófica* / Dermeval Saviani. UNICAMP /
São Paulo: Autores Associados, 1993

VIANA, Nildo. *Os Movimentos Sociais*. Teoria e História.
Florianópolis: Bookess, 2015a. 228 p.

_____. *Movimentos Sociais. e Espaço Urbano*.
Enfrentamento, 2015b p. 16

RESUMO: O artigo visa compreender o fenômeno dos movimentos
sociais partindo de uma análise sociológica. Ao enfatizar a década de
1960 como um cenário importante de mobilizações e processos de
mudanças sociais nas cidades, o período destacado, torna uma
ferramenta essencial para o entendimento dos movimentos sociais
urbanos atualmente. Autores como Castells, Karl Jensen, Lefebvre,
Lojkin, Viana compõe a nossa base teórica de discussão.

PALAVRAS CHAVE: Movimentos Sociais Urbanos, Espaço Urbano,
Estado

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 06, jan./jun. 2019.
187

ABSTRACT: The article aims to understand the phenomenon of social movements from the sociological analysis. By emphasizing the 1960s as an important setting of mobilizations and processes of social change in cities, the period stands out, making it an essential tool for understanding urban social movements today. Authors such as Castells, Karl Jensen, Lefbvre, Lojkine, Viana compose our theoretical basis of discussion.

KEYWORDS: Urban Social Movements, Urban Space state.